

Vinícius de Mattos Oliveira

A Simbiose entre Educação Ambiental, Direito à Cidade e Territórios: exame mediante Turismo Pedagógico



AYA EDITORA
2024

**A Simbiose entre
Educação Ambiental,
Direito à Cidade e Territórios:**
exame mediante Turismo Pedagógico

Vinícius de Mattos Oliveira

**A Simbiose entre
Educação Ambiental,
Direito à Cidade e Territórios:**
exame mediante Turismo Pedagógico



AYA EDITORA
2024

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autor

Vinícius de Mattos Oliveira

Capa

AYA Editora©

Revisão

O Autor

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab.
Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos

Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa
Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes
Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus
Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre

Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos
Santos
Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA

Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros
Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira
Miranda Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2024 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelo autor para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva do autor. O autor detém total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro, devem ser direcionados exclusivamente ao autor.

Esta obra é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso, defendido no curso de Bacharelado em Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O48 Oliveira, Vinícius de Mattos

A simbiose entre educação ambiental, direito à cidade e territórios: exame mediante turismo pedagógico [recurso eletrônico]. / Vinícius de Mattos Oliveira. -- Ponta Grossa: Aya, 2024. 56 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-590-7

DOI: 10.47573/aya.5379.1.305

1. Planejamento urbano. 2. Política urbana. 3. Urbanização - Aspectos ambientais. 4. Ecologia urbana (Sociologia) – Brasil. I. Título

CDD: 363.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

**International Scientific Journals Publicações
de Periódicos e Editora LTDA**

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

AGRADECIMENTOS

É com grande satisfação que expresso meus sinceros agradecimentos a todos que de alguma maneira fizeram parte, para que fosse possível concluir o meu trabalho de conclusão de curso. Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Prof.^a Marcela do Nascimento Padilha, por todo suporte, paciência, dedicação e orientação ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Não posso deixar de agradecer a todo corpo administrativo e docente do curso bacharelado em Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que de maneira grandiosa, fomentaram ao longo de toda formação acadêmica dos últimos anos, diversos incentivos à pesquisa e à docência, visando a construção de uma sociedade melhor. Além disso, agradeço de maneira engrandecida aos amigos de academia, Carlos Alexandre de França do Prado Nery, Lethícia *Gerhard* Santos Sena Pimenta e Patrick Ventura de Jesus Costa, que me acompanharam de forma fraternal e inseparável nos últimos anos, presentes nos momentos de dificuldade e conquistas, renovando aqui, os meus votos de continuidade em nossos trabalhos e aspirações. Em síntese, agradeço pela vida, presença e apoio total da minha companheira, María Catheryne Rodrigues Mendoza, a quem consagro o presente trabalho e renovo meus votos de longa caminhada conjunta. Dedico um agradecimento especial aos meus pais, Anselmo do Amaral Leite de Oliveira e Vera Cristina Pinho de Mattos, que de forma constante, sempre foram muito presentes, sobretudo no que se refere ao fomento do aprendizado, da evolução e construção de uma caminhada como excelente profissional, na qualidade dos melhores exemplos de integridade, dedicação e responsabilidade, dando-me força e incentivo para seguir em frente apesar de quaisquer adversidades que surgissem. Portanto, detenho total concretude em afirmar, que sem a ajuda e o apoio de cada um de vocês, esta monografia, bem como todo desenvolvimento do curso, seria muito mais difícil ou não teria sido possível. Muito obrigado por fazerem parte desta jornada.

*“Ninguém nasce feito, é experimentando-nos
no mundo que nós nos fazemos.”*

Paulo Freire

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	14
A RELEVÂNCIA DO DIREITO À CIDADE.....	17
<i>Os Preceitos de David Harvey, Henri Lefebvre, José Murilo de Carvalho e Milton Santos</i>	<i>17</i>
<i>Os Direitos Sociais e o Exercício da Cidadania..</i>	<i>19</i>
O LIGAME ENTRE TURISMO E O DIREITO À CIDADE	21
<i>Espaços Naturais Como Territórios Educativos</i>	<i>21</i>
<i>Educação Ambiental: entre o Lúdico e o Senso Crítico.....</i>	<i>24</i>
DO TURISMO PEDAGÓGICO	28
<i>Contexto Histórico.....</i>	<i>28</i>
<i>A Relação entre Turismo, Educação Ambiental e o Direito à Cidade</i>	<i>31</i>
O NUPETTE E SUAS CONQUISTAS PARA O TURISMO PEDAGÓGICO NA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	47
SOBRE O AUTOR	49
ÍNDICE REMISSIVO	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CESO	Centro Educacional Serra dos Órgãos
DTUR	Departamento de Turismo
ES	Estado do Espírito Santo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MEC	Ministério da Educação
NUPETTE	Núcleo de Pesquisas em Turismo, Território e Educação
OMT	Organização Mundial do Turismo
PARNASO	Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PMT	Prefeitura Municipal de Teresópolis
RJ	Estado do Rio de Janeiro
SEEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
XV	Século 15
XVI	Século 16

PREFÁCIO

Disciplina. Segundo o dicionário Oxford significa, entre outras coisas, “conduta que assegura o bem-estar dos indivíduos ou o bom funcionamento”. Se alguém me pedisse para definir o Vinícius de Mattos Oliveira em uma palavra, eu responderia, sem pestanejar: Disciplina. E esta característica tão evidente do Vinícius está presente em cada linha do texto que ele aqui apresenta.

“A simbiose entre educação ambiental, direito à cidade e territórios: exame mediante turismo pedagógico” é um trabalho ao mesmo tempo sério e delicado, respeitoso e crítico, que mostra a maturidade de um pesquisador promissor, que destoa de sua juventude. Vinícius nos presenteia com um texto que apresenta um conhecimento construído ao longo dos anos em que esteve, concomitantemente, nos cursos de Bacharelado em Turismo e em Direito, conhecimento este muito bem fundamentado por autoras e autores reconhecidos em suas áreas, e também por pesquisas empíricas que realizou no âmbito do Núcleo de Pesquisas em Turismo, Território e Educação (NUPETTE/Uerj/CNPq), que ele e outras e outros estudantes me ajudaram a criar e desenvolver.

O percurso que as leitoras e os leitores farão apresenta uma construção muito segura e alinhada com os preceitos da cidadania, apresentando uma argumentação pautada na busca pela justiça social a partir do uso e da apropriação de territórios das cidades, bem como da consciência sobre a importância do meio ambiente para o futuro da humanidade. O caminho ao qual o autor recorre para alcançar este objetivo é o do Turismo Pedagógico, entendido por ele como um instrumento poderoso de promoção do direito à cidade.

Para tanto, utiliza como pilares da sua argumentação as ideias de cidadania, direito à cidade, territórios educativos, educação ambiental e turismo pedagógico e as ações feitas junto ao Nupette com estudantes da educação básica na cidade de Teresópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Inclusive, expõe algumas das conquistas do grupo de pesquisa, que tiveram sua participação fundamental.

É, portanto, com grande orgulho e alegria que apresento a vocês este belo trabalho do Vinícius Oliveira. Estou certa de que ele será de grande relevância tanto para pesquisadoras e pesquisadores dos campos do conhecimento nele contemplados, quanto para leitoras e leitores que procuram por uma referência fluida, didática e segura sobre educação ambiental, direito à cidade e turismo responsável, em uma simbiose pela cidadania e pela justiça social, no sentido dos versos da jovem Midria Pereira.

[...]

Cidade linda?

Pra quem?

Porque enquanto o cartão postal continuar a ser a Avenida Burguesa Paulista,

o resto da cidade vai continuar sendo sempre o resto

O relegado, o deixado de lado, a borda, a horda, a várzea

A periferia

Inclusive amo a minha quebrada

Salve São Mateus, salve Recanto!

[...]

Eu quero que as distâncias dessa cidade sejam encurtadas

e que a mobilidade não restrinja mais nossos caminhos de vida

Mas isso não significa que eu queira chegar mais rápido até o centro

Eu quero um fura-fila pra cultura e pra todas as vias de desenvolvimento [...]

Paulistana Periférica

Boa leitura!

Marcela do Nascimento Padilha

Pós-Doutorado em Turismo (USP). Doutora em Geografia (UFF), com Doutorado-sanduíche na Universitat de Barcelona. Mestre, Licenciada e Bacharela em Geografia (UFRJ). Professora Associada do Departamento de Turismo da UERJ. Coordenadora do NUPETTE/Uerj/CNPq e do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia (Profgeo/Uerj).

APRESENTAÇÃO

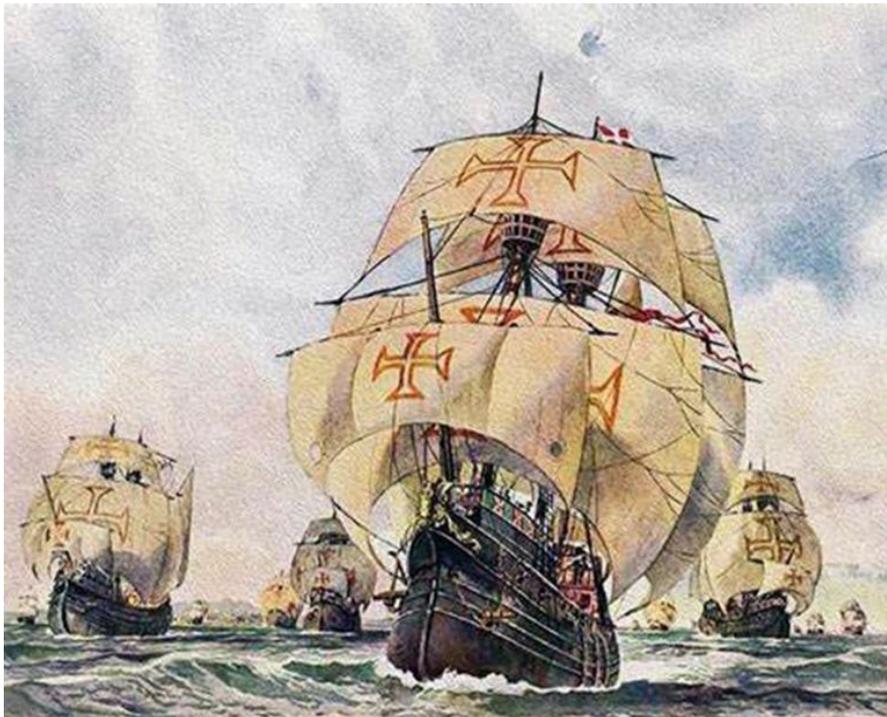
A presente pesquisa detém a finalidade de examinar as conexões científicas e sociais envolvidas na relação entre educação ambiental, direito à cidade e + pedagógico, buscando compreender e fomentar discussões engajadas sobre a utilização dos espaços urbanos. Nessa perspectiva, o trabalho caminha no sentido que a educação ambiental, por meio da capacitação dos indivíduos, fomenta que os cidadãos se tornem cada vez mais participantes ativos em suas comunidades, valorizando, preservando e propondo ações positivas aos espaços públicos. Mediante os preceitos do direito à cidade, o trabalho discute o acesso equitativo aos recursos urbanos e a promoção da justiça social, trazendo à tona os questionamentos das formas como os territórios são utilizados, bem como do processo de conscientização quanto à interconexão entre a sociedade e o meio ambiente. Por fim, discute-se como o turismo pedagógico explora o conceito da cidadania participativa, mediante experiências de campo que podem transformar os aprendizados em senso de responsabilidade ambiental, contribuindo para cidades mais inclusivas e ecologicamente responsáveis.

INTRODUÇÃO

As Grandes Navegações, período também conhecido como a Era dos Descobrimentos, foi marcada entre os séculos XV e XVI, momento histórico em que as nações¹ mais desenvolvidas da época, em especial do continente europeu, lançaram-se em expedições marítimas, visando o aprimoramento das técnicas de navegação, a busca por metais preciosos, comercialização de especiarias, e novos caminhos marítimos que pudessem levar as Índias, o que fomentou pela expansão do mundo.

Abaixo, ilustra-se o poder expressivo e o lançamento aos mares, das caravelas de Portugal, pioneira na época:

Figura 1 - Caravelas portuguesas ilustrando às Grandes Navegações.



Fonte: Incrível História

Com o passar dos tempos, os deslocamentos tornaram-se parte da realidade no contexto histórico de desenvolvimento das civilizações, porém, em princípio, somente após o período da Revolução Industrial, por volta de 1780, através de significativas mudanças sociais, nasce o conceito, ou pelo menos, o que hoje compreendemos como turismo

¹ Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda.

(Rejowski, 2002).

Em uma civilização margeada por transformações, como nas formas e jornadas de trabalho, no fortalecimento dos meios de transporte e do setor de comunicação, a evolução do comportamento social propicia que o turismo evolua ao que é atualmente, uma das atividades mais importantes no cenário econômico mundial.

Com o passar do tempo, o turismo foi se adaptando e auto identificando por ramo ou área de operação, e neste mister, por exemplo, nasceram os entrosamentos do turismo com o meio ambiente, trazendo à baila discussões sobre a pertinência do ambiente como ponto de relevância para toda sociedade.

Abaixo, podemos identificar pessoas contemplando o Parque Nacional da Tijuca, localizado na cidade do Rio de Janeiro, realçando o interesse e participação da população para contato com o meio ambiente, sobretudo em época de expansão das cidades.

Figura 2 - Ilustração de apreciação da Floresta da Tijuca/RJ em 1930.



Fonte: Pinterest por Foto Spot

Ademais, destaca-se que com o avançar da sociedade, o lazer e o turismo tem sido objetos do processo de democratização de acesso, ou seja, cada vez mais se discute e se constroem políticas públicas para o aumento na oferta de equipamentos de lazer e promoção

do turismo à todas as classes sociais, se esvaindo da ideia de acesso absoluto e restrito a determinada classe. O incentivo ao lazer e ao turismo engajam os cidadãos na percepção que os espaços públicos são de suma importância para manutenção da qualidade de vida, ao passo que fomentam seu desenvolvimento cognitivo e social, contribuindo para uma sociedade mais justa, igualitária e participativa na construção de seus direitos e deveres.

Nos últimos tempos, muito se discutiu quanto as motivações e a finalidade das atividades e interesses do turista, possibilitando, a existência de variados tipos de turismo em nossa sociedade, provocando a Organização Mundial de Turismo (OMT) em determinar o conceito oficial de turismo², ainda em 2001.

A partir da conceituação técnica, o entendimento firmado tornou-se fundamental na construção de diversos estudos, entretanto, apesar dos avanços nas atividades turísticas, restou claro que a terminologia conceituada pela OMT por si só, é restritiva, e caso seja de fato considerada em todas as políticas públicas, haveria equívocos aos reais desejos de viajantes, bem como de todo setor econômico.

Neste contexto, entre diversas categorias de segmentação de mercado, surge o turismo pedagógico, engajado na proposição de projetos que visam interligar atividades entre educação, meio ambiente e turismo, preenchendo lacunas não tão aprofundadas, como a vivência de modo sustentável nas cidades e a proteção do patrimônio das sociedades.

As mutações sociais³ afetam a ótica sobre o uso e apropriação de territórios, que por intermédio do turismo pedagógico, promove a sustentabilidade na relação entre seres humanos e meio ambiente, sobretudo na apresentação de discussões geosociológicas, como no caso da equanimidade de direitos.

Partindo dessas premissas, o trabalho permeia compreender como o turismo pedagógico, desenvolvido na cidade de Teresópolis/RJ, ainda que recente, pode e contribuí gradativamente na efetivação das garantias fundamentais, sobretudo quando balizadas no preceito do direito à cidade, consolidando direitos coletivos a quem nela vive hoje, quanto às futuras gerações.

2 Atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

3 Mutações sociais referem-se às transformações significativas nas estruturas e dinâmicas de uma sociedade, seja nos modos de organização social quanto nas relações entre os indivíduos.

A RELEVÂNCIA DO DIREITO À CIDADE

O direito à cidade surge mediante proposição do filósofo Henri Lefebvre, que na década de 1960, se tornou uma das perspectivas sociais mais influentes no pensamento das cidades, discutindo questões referentes à participação ativa da população nas decisões e planejamento das ações coletivas, de modo que houvesse o respeito aos direitos dos cidadãos.

Com o avançar das pesquisas científicas na sociedade, identifica-se que atualmente somos detentores de uma série de doutrinadores e estudiosos de relevância na área do direito à cidade, ao passo que é possível clara contextualização de conteúdos com a dinâmica das cidades, bem como das demandas da população.

Os Preceitos de David Harvey, Henri Lefebvre, José Murilo de Carvalho e Milton Santos

Ao se pensar sobre direito à cidade, infere-se engrandecida relevância aos trabalhos construídos por Henri Lefebvre⁴, David Harvey⁵, José Murilo de Carvalho⁶ e Milton Santos⁷, pensadores que mais contribuíram para o entendimento e reflexão sobre o direito à cidade, que embora cada autor tenha abordado o tema de maneira distinta, seus preceitos convergem em muitos aspectos.

Primeiramente, citar-se-á Henri Lefebvre, que em “O Direito à Cidade”, surge pela construção do direito à cidade para ressaltar a real necessidade de se pensar efetivamente

⁴ Henri Lefebvre foi um grande filósofo marxista e sociólogo francês, formado em Filosofia pela Universidade de Paris em 1920.

⁵ David Harvey é um teórico britânico formado na Universidade de Cambridge. Trabalha com questões inerentes à geografia urbana.

⁶ José Murilo de Carvalho foi um cientista político e historiador brasileiro, notabilizado por estudos sobre o processo de construção da cidadania no Brasil.

⁷ Milton Almeida dos Santos foi um dos principais, se não o principal, dos nomes da renovação da geografia no Brasil ocorrida na década de 1970.

em uma reconstrução social, com relações sociais transformadas para além da esfera econômica.

Para Lefebvre, o direito à cidade implica basicamente no acesso à vida urbana, na qual os cidadãos possam experimentar e reivindicar a produção de um espaço coletivo e diversificado, e assim, manifesta que “Através de surpreendentes desvios - a nostalgia, o turismo, o retorno para o coração da cidade tradicional, o apelo das centralidades existentes ou recentemente elaboradas - esse direito caminha lentamente” (Lefebvre, 2001, p. 117).

Lefebvre, sempre muito forte em suas palavras, balizou-se em estudiosos como Friedrich Nietzsche e Karl Marx. Em suas últimas linhas do livro, fecha seu raciocínio quanto ao des(interesse) de parte da sociedade, na construção e adoção de medidas sociais que realmente visem o respeito ao direito à cidade:

Atualmente, alguns acreditam que os homens só levantam problemas insolúveis. Esses desmentem a razão. Todavia, talvez existam problemas fáceis de serem resolvidos, cuja solução está aí, bem perto, e que as pessoas não levantam (Lefebvre, 2001, p. 141).

De forma secundária, destaca-se David Harvey, que em sua obra “Cidades Rebeldes”, argumenta que as cidades são espaços de luta e resistência, no qual os cidadãos devem ter o direito de moldar e transformar o ambiente de acordo com suas necessidades e desejos.

Neste sentido, David Harvey busca enfatizar pela relevância de se promover medidas que realmente fomentem a justiça espacial e a redistribuição dos recursos urbanos, visando combater a segregação socioespacial e a especulação imobiliária nas cidades.

Para o sociólogo brasileiro, José Murilo de Carvalho, embora não tenha abordado diretamente o conceito de direito à cidade, analisou a formação das cidades brasileiras em seu livro “A Formação das Almas”. Sua construção manifesta-se sobre a exclusão e marginalização dos grupos sociais menos privilegiados nas cidades brasileiras, bem como a influência dos padrões de poder e controle na configuração urbana.

Para Milton Santos, em suas obras, como “*Por uma outra globalização*” e “*A Natureza*

do Espaço”, se discute a importância de compreender o espaço geográfico como resultado de relações humanas, defendendo a democratização do acesso aos recursos urbanos e o reconhecimento dos diferentes saberes e culturas presentes nas cidades, viabilizando a construção de espaços progressivamente mais inclusivos e heterogêneos.

Sendo assim, identifica-se que David Harvey, Henri Lefebvre, José Murilo de Carvalho e Milton Santos convergem ao defenderem a necessidade de formação de espaços mais justos, inclusivos e participativos, a qual os direitos, inseridos na seara do direito à cidade, sejam de fato garantidos e efetivados a todos os cidadãos.

Os Direitos Sociais e o Exercício da Cidadania

Mediante estudos sob ótica do direito à cidade, evidencia-se conexão íntima com os direitos sociais e o pleno exercício da cidadania em nossa sociedade. Surge a discussão da cidade, como locus de convivência humana e de interação social, mais do que mero espaço físico, trata-se de ambiente de materialização das relações sociais, econômicas e culturais dos cidadãos.

Neste caminho, resta claro que o desenvolvimento urbano deverá ser orientado no atendimento às necessidades de todos os habitantes da cidade, especialmente aqueles que historicamente foram marginalizados ou excluídos do processo de planejamento urbano, valorizando e efetivando a garantia de direitos fundamentais, como moradia digna, transporte público eficiente, acesso à saúde e à educação de qualidade, fortalecendo os laços de pertencimento entre os habitantes com o seu ambiente de convívio (Boullón, 2002).

A cidadania floresce no momento em que os agentes de transformação consideram a cidade como direito coletivo, se fundando caminhos para promoção de políticas públicas inclusivas e participativas, permitindo espaços urbanos mais justos e democráticos, base essencial para o pleno desenvolvimento e alcance da equidade social⁸.

⁸ A equidade social pode ser entendida como o tratamento isonômico e imparcial dos diferentes grupos sociais, implicando na equalização do atendimento das necessidades sociais.

Dessa maneira, a traçada sociológica permite compreensão que os direitos sociais se relacionam com o ato de cidadania, ao passo que garantem condições dignas de vida, fundamentais para promoção da justiça social e impacto direto na redução das desigualdades sociais.

Ao garantir o acesso a serviços básicos e oportunidades para todos, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural, os direitos sociais promovem a inclusão e originam a construção de uma sociedade mais justa, propiciando cidadãos cada vez mais engajados e participativos na vida política e social, exercendo plenamente sua capacidade cidadã.

Contudo, destaca-se que os direitos sociais não são apenas garantias individuais, mas principalmente coletivas, com a finalidade de proteger o indivíduo e engendrar condições para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, incluindo, por exemplificação, políticas voltadas para o acesso à educação de qualidade, garantindo que todos os cidadãos possam ter seu direito constitucional de alcance de satisfatórios níveis de instrução educacional.

O LIGAME ENTRE TURISMO E O DIREITO À CIDADE

O direito à cidade emerge como inspirações influentes na teoria urbana e do seu planejamento. À vista da crescente evolução teórica da área, sua essência caminha no sentido que todas as pessoas são detentoras do direito de participar ativamente e plenamente da cidade, independentemente de sua origem social, de etnia, gênero ou condição econômica, sendo atuante em opinar nas decisões e procedimentos tomados.

No contexto do turismo, surge a necessidade em equilibrar os interesses dos turistas com os dos residentes, garantindo que o desenvolvimento turístico não comprometa a qualidade de vida dos habitantes. Assim, os principais desafios enfrentados incluem a gentrificação⁹ e a degradação ambiental¹⁰, sendo necessário assegurar que os benefícios do turismo atuem em comunhão com as comunidades, preservando os seus territórios.

Espaços Naturais Como Territórios Educativos

Nesta circunstância, ergue-se uma série de direitos à população, como o caso dos espaços públicos - direito de uso seguro, inclusivo, equitativo e produtivo -, visando maior qualidade de vida aos cidadãos. Assim, este pressuposto pauta-se que as cidades são criadas e mantidas pelas pessoas e que, portanto, todos os cidadãos detêm o direito de uso e de políticas urbanas igualitárias.

Para tanto, transcende que haja esforços conjuntos, por parte do governo e da sociedade como um todo, no que tange ao respeito dos valores democráticos, à participação popular e ao diálogo aberto entre as partes, a fim de que todos os habitantes da cidade

9 O processo de gentrificação é aquele que fomenta o deslocamento de populações locais para regiões mais distantes, devido ao aumento dos custos de vida.

10 O processo da degradação ambiental poderá surgir como resultante do aumento do fluxo de visitantes.

possam desfrutar de uma vida urbana mais justa, inclusiva e próspera.

Isto posto, a discussão evolui para a utilização dos espaços¹¹, que são comumente marcados por características turísticas, ou seja, amoldam-se ou são desenvolvidas, visando suprir demandas turísticas da cidade, afastando o interesse de uso do espaço pela população local.

Neste sentido, os estudos de Milton Santos, em seu livro, “*A natureza do espaço*”, são de suma valia, conforme versa sobre a utilização dos espaços, e como certas práticas podem afetar as populações, revelando que:

Ademais, essa transformação tende a causar um desconforto na população local pela fabricação de um cenário para o consumo turístico, portanto, voltado aos olhos do turista e desvinculado com a identidade do lugar, um espaço sem sentido ou sem qualquer vínculo com a população local.” (Santos, 2020, p.147).

Ademais, Milton Santos complementa, acerca da importância em interpretar que espaço e paisagem não são sinônimos, reforçando que: “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e Natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima” (Santos, 1996, p.139).

A compreensão da distinção entre espaço geográfico e paisagem reveste-se de suma qualidade aos estudos territoriais, pois, permite uma análise mais abrangente e multidimensional do território, transcendendo a mera descrição visual, englobando as interações humanas.

Neste sentido, discute-se qual o papel do espaço na sociedade, e nesta perspectiva, o pesquisador Rogério Haesbaert manifesta-se no seguinte sentido:

O papel do espaço, hoje indissociável em suas perspectivas “natural” e “social” ... redirecionam os processos sociais e econômicos, quanto como referenciais inseridos na vida cotidiana e que perpassam nossas identidades coletivas (Haesbaert, 2002, p. 81).

Deste modo, os espaços, sobretudo em caráter ambiental, destacam-se como ambiente que apresenta elementos fundamentais para o desempenho de seu papel na

¹¹ Os espaços públicos podem ser utilizados como territórios educativos de várias maneiras, promovendo a educação integral e o desenvolvimento comunitário, através de projetos comunitários com a utilização de parques, praças e outros espaços abertos, além de eventos culturais e educativos.

promoção do direito à cidade, à medida que favorece o acesso equitativo à participação dos cidadãos e apresenta-se como instrumento positivo para o desenvolvimento de ações educacionais.

Assim, compreende-se pela importância da apropriação territorial da população nos espaços naturais, ação que permite uma série de benefícios¹² para a comunidade em geral. Nesta oportunidade, Milton Santos reforça que para construção de ações eficientes nos espaços, deve-se “...repensar as políticas e o modelo de gestão urbana, de modo a produzir cidades mais humanas e menos segregadas, desenvolvendo aos cidadãos o direito à cidade em que habitam” (Santos, 2020, p.159).

Contudo, os espaços naturais como prática e exercício de uma conexão essencial para os indivíduos, à proporção que promove a experiência em ambiente rico e dinâmico de aprendizados interdisciplinares, aguçando que os participantes cada vez mais sintam-se cidadãos, e abracem a promoção de atos conscientes e responsáveis.

Destarte, os espaços naturais incorporam-se como recursos educacionais de imprescindível valia ao fortalecimento dos laços entre as comunidades, relevando seu caráter colaborativo entre os cidadãos e oportunizando valiosas discussões sobre preservação¹³ e conservação¹⁴ dos espaços naturais, contribuindo assim, para o exercício do direito à cidade.

Assim sendo, ao pensarmos na estrutura do espaço geográfico natural, como aparato de transformação social, a doutrina acerta ao manifestar que: “O espaço geográfico é uma relação social que se materializa formal e concretamente em algo passível de ser apreendido, entendido e apropriado” (Macedo; Oliveira 2013, p.70).

Dado que, a pesquisadora complementa que, para cognição do espaço que o indivíduo habita, faz-se imperioso do entendimento dos fatores que engendram o espaço, ao passo que:

12 A conexão com a natureza favorece uma série de oportunidades benéficas, como o aprendizado interdisciplinar, a sensibilização com o uso de recursos naturais, bem como pela oportunidade de mais espaços de lazer a população. Essas relações fortalecem o sentimento de valorização por parte dos cidadãos.

13 A preservação ambiental refere-se à proteção integral de áreas naturais, sem interferência humana. Neste sentido, busca-se a manutenção dos ecossistemas em seu estado original, garantindo que não haja degradação ou exploração dos recursos naturais.

14 A conservação ambiental envolve o uso sustentável e racional dos recursos naturais. Sua atuação emerge na utilização dos recursos de maneira que não comprometa a disponibilidade para gerações futuras.

A necessidade de compreensão da natureza social do espaço ocorre pelo entendimento de que as relações sociais e de poder engendram os processos espaciais, já que a produção e a divisão social do espaço são marcadas por conflitos e contradições (Macedo; Oliveira, 2013, p.136).

Portanto, é compreensível que o espaço, enquanto elemento da geografia, é essencial para entendimento e desenvolvimento de ações que envolvem o fomento da educação, sobretudo no uso dos territórios voltados para seara educativa, visando adoção de atividades que envolvam a necessidade de se compreender e valorizar o espaço que habita.

Educação Ambiental: entre o Lúdico e o Senso Crítico

O fornecimento de informações e o aperfeiçoamento de habilidades são pilares que envolvem a natureza educacional, buscando engajar os estudantes na compreensão de múltiplos desafios, refletindo sobre suas próprias ações e na tomada de decisões responsáveis.

Ao discutirmos sobre educação ambiental, vislumbra-se que, tanto o conhecimento quanto o senso crítico, são elementos indispensáveis para o desenvolvimento de medidas, que visam promover a conscientização e compreensão das questões relacionadas ao meio ambiente e seu uso sustentável.

Desta maneira, em matéria de gestão pública, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecida pela Lei n.º 9.795/1999, determina¹⁵ que a educação ambiental no ensino formal será desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. Assim sendo, a legislação brasileira acerta ao determinar que cabe à escola¹⁶, garantir o direito dos alunos a uma formação básica que realmente promova o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, especialmente na edificação de saberes que envolvam o meio ambiente.

¹⁵ Conforme art. 10, § 1º, a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

¹⁶ Conforme previsão normativa do art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/96).

No contexto do conhecimento¹⁷, em conceito *lato-sensu*, infere-se sua essencialidade no exercício das práticas voltadas à educação ambiental, sobretudo ao passo da inclusão do conhecimento científico sobre os ecossistemas, os recursos naturais, as mudanças climáticas, a biodiversidade e outros temas relacionados.

A educação ambiental surge na busca por desenvolver habilidades práticas que garantam aos estudantes, agir em prol da sustentabilidade, por meio de habilidades em relação ao consumo, gerenciamento de resíduos, economia de recursos naturais, como energia e água, entre outras (Beni, 2006).

Com o desenvolvimento de ações de conscientização e ampliação dos conhecimentos mediante educação ambiental, os estudantes consolidam reflexões e passam a compreender a complexidade dos problemas ambientais, reconhecendo a interconexão entre as ações humanas e o meio ambiente. No entanto, o conhecimento por si só não é suficiente.

O senso crítico complementa o desempenho do papel crucial na educação ambiental, em virtude de capacitar as pessoas a analisarem criticamente as informações, avaliando argumentos e tomando decisões, assim, questionam as práticas, as políticas e os discursos, promovendo o diálogo, além de incentivar os cidadãos a buscarem soluções e adotar comportamentos mais sustentáveis.

O entendimento de Paulo Freire no que tange à consciência crítica, é comumente discutida, arguindo que o resultado da consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica, ou seja, em suas correlações causais e circunstanciais (Freire, 2018).

O lúdico emerge na realização de atividades ao ar livre, permitindo que os discentes tenham experiências diretas com a natureza e desenvolvam uma conexão emocional com ela, proporcionando engrandecida oportunidade de aprendizado sobre ecossistemas, biodiversidade, bem como da importância da preservação e os impactos das ações humanas no meio ambiente.

17 O conceito de conhecimento emerge mediante o ato ou efeito de conhecer algo, de modo que se torna uma compreensão ou consciência adquirida por meio da experiência, estudo, observação ou instrução.

Dessa forma, no contexto da prática de atividades lúdicas, sob aspecto do turismo pedagógico, o docente ou gestor escolar que esteja envolvido com a dinâmica, atinge seus objetivos didáticos através de atividades que balizadas no uso da metodologia ativa (Brandt, 2019).

Mediante leitura dos principais estudiosos¹⁸ da educação ambiental no cenário brasileiro, vislumbra-se unanimidade no que tange ao papel da escola no fomento de estratégias que possibilitem aos estudantes, conhecimentos que contribuam, ao mesmo tempo, com os objetivos locais, mas também em escalas nacional e global.

A utilização dos recursos naturais¹⁹ e do campo como meio educacional, revelam que o desfrute com tais ambientes permitem uma série de aprendizados aos estudantes, à medida que possibilita o sentir do cotidiano da localidade, bem como da aquisição de novas reflexões sobre o espaço, mediante interação com os recursos visitados (Brandt, 2019).

No contexto da pesquisa, a educação ambiental no cenário educacional brasileiro surge por intermédio do turismo pedagógico, visando aplicar medidas que envolvam conscientizar e interligar os conhecimentos que são adquiridos em sala de aula, propiciando o ensino teórico-prático.

Para o alcance dos aprendizados gerados pela educação ambiental, diversas ações poderão ser pensadas por gestores escolares, docentes e estudantes das unidades de ensino, dentre elas, o Turismo pedagógico, que comumente é denominado por variadas terminologias em sua definição.

A pesquisadora Priscila Loro Milan²⁰, acerta ao afirmar que o turismo pedagógico se encontra em fase de descobrimento pela sociedade, ou seja, em período de “desabrochar” de sua criação, com a identificação de novas características e abordagens na qualidade de política educacional.

18 A pesquisa identificou excelentes e grandiosos pesquisadores da área no país, são eles: Genebaldo Freire Dias, Lucie Sauv , Mauro Guimarães, Isabel Cristina de Moura Carvalho e Ivani Catarina Arantes Fazenda.

19 Incluem recursos renováveis, como água, ar, solo, florestas e energia solar. Poderão ser regenerados naturalmente ao longo do tempo.

20 A pesquisa e entendimento da estudiosa revela ser muito interessante, ao passo que expõe o turismo pedagógico como nova proposta ao mercado turístico, relacionando-se com viagens de cunho educacional. Ainda por conta de sua “novidade” no setor comercial, a sociedade comumente define uma série de terminologias diversas, desde Turismo Educacional, Turismo Educativo, entre outros.

No que tange aos aspectos pedagógicos inseridos na concepção do turismo, a Organização Mundial do Turismo (OMT), entendeu que “todo turismo pode ser educativo à medida que, de antemão, todo turista aprenda sobre os diversos aspectos que o destino lhe oferece ao interagir com os diferentes atores participantes do processo” (OMT, 2003, p. 90-91).

Ademais, segundo a OMT, complementa-se que os roteiros de turismo pedagógico deverão estar voltados para locais históricos, culturais ou científicos importantes, muitas vezes coordenados por pessoas especializadas. À vista disso, nota-se que o pensamento se equivoca ao passo que limita as formas e estruturas do turismo, restringindo áreas, setores e pessoas em seus posicionamentos conceituais, não se aplicando às modalidades as quais se aprendam sozinhas.

Por conseguinte, faz-se de suma necessidade a compreensão e divisão das responsabilidades aos setores da sociedade, visando que haja união na oferta de oportunidades de interação com a natureza, além da promoção de percepções ambientais positivas e engajadas. É recorrendo a essa dedicação, que os indivíduos, em especial os estudantes, poderão compreender os desafios ambientais, e analisar criticamente as informações, tomando decisões de comportamentos mais sustentáveis com a sociedade (Beni, 2006).

DO TURISMO PEDAGÓGICO

Contexto Histórico

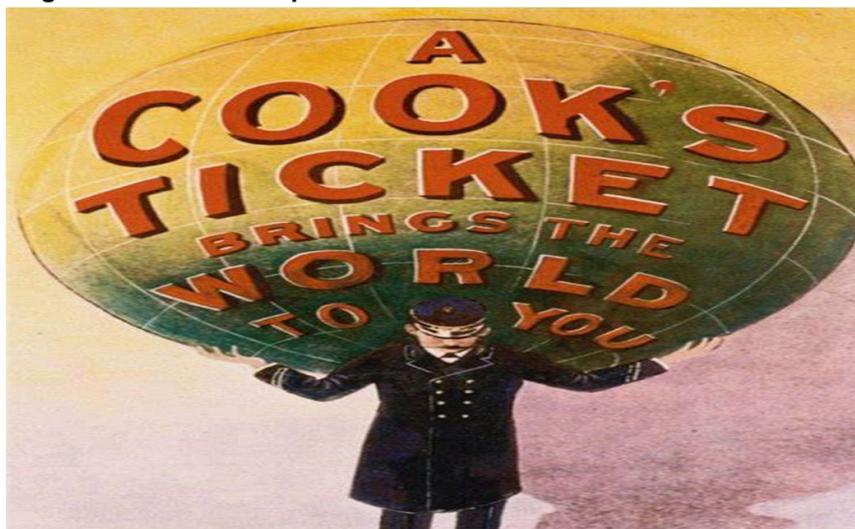
Historicamente, o turismo evoluiu de uma singela prática limitada a poucas pessoas, com recursos e tempo disponíveis, para a construção e desenvolvimento de uma indústria verdadeiramente globalizada e gradativamente mais acessível as classes. No entanto, embora o turismo tenha sido uma atividade voltada para o lazer, descanso e entretenimento, também possuía uma dimensão pedagógica valiosa.

Desde os primórdios, as viagens tinham um caráter educativo, com exploradores e viajantes em busca de conhecimento e compreensão do mundo. Durante o período do Renascimento, por exemplo, os jovens aristocratas realizavam o “Grand Tour” pela Europa, visitando centros culturais e adquirindo conhecimentos nas áreas da arte, filosofia e ciência, porém, foi no século XIX, que o turismo moderno começou a ganhar forma.

A história do turismo progride em 1841, com a fundação da agência de turismo britânica Thomas Cook, a primeira empresa de operação do turismo já conhecida, realizando excursões locais, crescendo gradualmente ao longo dos anos até se tornar em uma gigante empresa mundial. Infelizmente, por questões econômicas e de gestão operacional, a presente empresa decretou falência em 2019, após 178 anos no mercado.

Abaixo, pode-se identificar uma campanha publicitária da primeira operadora de turismo conhecida, a Thomas Cook:

Figura 3 - Pôster da operadora de turismo Thomas Cook em 1872.



Fonte: Revista Semana, 2019.

O turismo se torna mais consolidado com o surgimento de infraestruturas nos países europeus, como as ferrovias, o que proporcionou redução drástica no aspecto temporal entre as distâncias, possibilitando que um número maior de pessoas viajasse.

Com o advento da Belle Époque²¹, a sociedade valorizou mais e mais a participação em atividades culturais, onde as pessoas visitavam museus, monumentos históricos e locais de interesse cultural. Com isso, o turismo pedagógico caminhou no sentido de se tornar uma forma interessante de se tornar uma experiência e ferramenta educativa prazerosa (Rejowski, 2002).

Dessa maneira, cada vez mais o potencial educativo do turismo foi sendo reconhecido e explorado, como nas escolas e universidades, quanto no contexto informal, como nas viagens familiares e excursões educacionais, permitindo aos viajantes aprenderem sobre diferentes culturas e tradições, bem como expandir os conhecimentos em disciplinas padrões no curricular escolar, como história, geografia e sociologia.

No contexto brasileiro, apresenta-se abaixo, Passeio de alunos de escola de Santo Tirso à Guimarães/ES, anos 20 do séc. XX.

21 Representou um período de cultura cosmopolita na história da Europa, marcada por transformações culturais intensas que demonstravam novas formas de pensar e viver. O ambiente favoreceu o surgimento da cultura do divertimento, graças à eletricidade e à diminuição das horas de trabalho, permitindo que os trabalhadores desfrutassem dela. Parques e cinemas, transformaram-se então, em ambientes de divertimento de massa, uma vez que os ingressos eram de baixo custo, e permitiam que todos saíssem da realidade cotidiana.

Figura 4 - Passeio de alunos a Guimarães/ES em 1920.



Fonte: Nuno Saavedra, 2018.

Ao entrar em contato direto com novos lugares, pessoas e experiências, os turistas têm a oportunidade de expandir seus horizontes e desenvolver uma compreensão mais profunda do mundo. As visitas a museus, sítios arqueológicos, parques nacionais, exposições culturais e monumentos históricos oferecem experiências práticas de aprendizado, permitindo que os viajantes observem, toquem e vivenciem aquilo que estão estudando nos livros.

O turismo pedagógico também favorece a interação com diferentes comunidades, possibilitando uma troca cultural enriquecedora. No contexto da educação formal, as escolas e universidades têm reconhecido cada vez mais o valor do turismo pedagógico como um complemento ao currículo tradicional.

As viagens educacionais são organizadas para enriquecer a compreensão dos estudantes em diversos campos, como ciências, história, arte, geografia e estudos culturais. Essas viagens oferecem uma oportunidade única de aprendizado experiencial, incentivando os alunos a aplicarem conceitos teóricos em situações reais. No entanto, é importante ressaltar que o turismo pedagógico também enfrenta desafios.

A comercialização excessiva do turismo pode levar à superficialidade das experiências e à exploração desrespeitosa de culturas e ambientes. Além disso, a acessibilidade ao turismo pedagógico pode ser uma preocupação, especialmente para aqueles com recursos financeiros limitados ou com dificuldades de mobilidade.

Portanto, uma das principais maneiras pelas quais o turismo pode transformar a educação é por meio das visitas a atrativos turísticos, como museus, sítios históricos, parques naturais e cidades culturais.

A Relação entre Turismo, Educação Ambiental e o Direito à Cidade

A interdisciplinaridade é fundamental na edificação de políticas públicas nos dias atuais, essencialmente quando se demandam ações que envolvem educação de qualidade. Essa integração entre áreas envolve abordagens complexas para compreensão mais ampla da simbiose desenvolvida, recepcionando onexo de causalidade entre elas.

Neste sentido, ao passo que se estuda o turismo, sobretudo na vertente pedagógica, verifica-se que a educação ambiental se manifesta no contexto da preservação e conservação, discutindo medidas que permitam que alunos explorem questões sociais, ambientais e científicas de maneira holística, tornando-os mais conscientes dos desafios globais, e principalmente, locais.

Nesta perspectiva, o turismo deve, ou deveria, ser construído de maneira intrínseca com os pilares que sustentam a educação ambiental, ponto de necessidade, afinal, caso não haja fomento a sustentabilidade, não haverá preservação ou conservação dos recursos, afetando automaticamente as relações inerentes do setor.

Por conseguinte, a educação ambiental como subárea do ramo educacional, insurge na promoção da garantia e participação em que os cidadãos locais tenham voz ativa nas decisões da administração pública, sendo respeitada e valorizada pelos poderes públicos, coluna de sustentação do direito à cidade.

Com isso, o direito à cidade se manifesta no desenvolvimento sustentável e cumprimento de direitos nas cidades, principalmente por meio da participação cidadã, favorecendo a devida transformação social necessária. No contexto do direito à cidade, emerge a busca pela educação de qualidade visando equidade nas oportunidades, alimentando que os ci-

dadãos sejam cada vez mais apreciadores e críticos nas políticas que envolvem suas cidades, assim, por meio de ações educativas, o turismo pedagógico contribuí na ampliação do conhecimento e de apresentação a cidade àqueles que vivem e, não conhecem.

Abaixo, ilustra-se vista panorâmica de parte da cidade de Teresópolis/RJ, como exemplo, da potencialidade dos recursos naturais existentes e como a conscientização, ou a falta dela, podem impactar sua realidade:

Figura 5 - Vista da cidade de Teresópolis/RJ.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

É terminante como a interligação entre áreas do conhecimento permite o desenvolvimento de projetos e pesquisas, fundamentais na promoção de práticas justas e benéficas para as comunidades. Por conseguinte, faz-se de suma pertinência, empiricamente, examinar a potencialidade do turismo como instrumento de transformação da educação, no sentido de sua essencialidade e os impactos da abordagem educacional diferenciada.

Figura 6 - Visita técnica realizada com estudantes do ensino básico.



Fonte: NUPETTE/UERJ, 2019.

A imagem acima retrata dois conceitos que necessitam ser levados em conta no processo de ensino-aprendizagem - a conscientização ambiental e a participação ativa.

A conscientização ambiental, tema discutido de forma ampla na seara científica, integra as ações que envolvem o turismo pedagógico, promovendo deslocamentos de cunho educacional para áreas naturais, como parques nacionais e reservas ecológicas, permitindo que os envolvidos vivenciem de perto, os desafios ecológicos, desenvolvendo uma conexão emocional com a natureza e adotando comportamentos mais sustentáveis.

Sendo assim, fica claro que promover ações que fomentam o desenvolvimento social dos participantes, suscita a chamada participação ativa, presente na interação com outras pessoas durante as atividades, seja com colegas de classe, seja com professores. Tais interações impulsionam habilidades de comunicação, empatia e autoconfiança, prosperando maior interesse dos alunos nas atividades de ensino.

Por este motivo, a aprendizagem baseada em experiências práticas e reais tende a ser mais envolvente e significativa, impulsionando os estudantes a se tornarem mais ativos e participativos na sociedade, ao passo que estimulam a capacidade reflexiva. O turismo, quando incorporado de forma adequada ao contexto educacional, desperta experiências

enriquecedoras que vão além das salas de aula tradicionais²², contribuindo para o desenvolvimento integral²³ dos estudantes, preparando-os para um mundo globalizado e em constante mudança.

Partindo dessa premissa, com as pesquisas científicas realizadas, sobretudo mediante acesso a dados estatísticos construídos pelo Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Censo Escolar de 2023 retrata de forma concisa a desigualdade entre escolas particulares e públicas, e no que se refere à proposição do turismo pedagógico.

Neste contexto, compreende-se que as escolas da rede particular de ensino muitas vezes possuem maior flexibilidade orçamentária na organização e financiamento de ações de cunho educacional, já que detém uma fonte de receita mais estável por meio das mensalidades pagas pelos estudantes. Por outro lado, as escolas públicas, especialmente as localizadas em áreas socioeconomicamente desfavorecidas, enfrentam restrições orçamentárias mais severas, pois detém menos recursos disponíveis para cobrir os custos envolvidos.

Ademais, destaca-se que a infraestrutura inadequada, o tamanho das turmas, a falta de servidores e de novos concursos públicos, impacta diretamente como obstáculos na busca pela qualidade equitativa de educação, aprofundando as disparidades educacionais existentes. Sendo assim, para abordar essa divergência educacional, é indispensável que haja políticas públicas que destinem recursos governamentais para subsidiar tais atividades pedagógicas, além da solução de outros problemas que margeiam a educação pública brasileira.

Dessa maneira, o acesso equitativo a experiências de aprendizagem deve ser uma meta fundamental para garantir que todos tenham o devido acesso, pois, a limitação na oferta de vivências enriquecedoras fora do ambiente escolar, resulta em disparidade de oportunidades, sobretudo quando possuímos um olhar comparativo entre as escolas públicas e particulares.

22 Em geral, o modelo de sala de aula tradicional é tipificado como aqueles que possuem fileiras de carteiras voltadas para o quadro, com o docente interpretado como expositor do conteúdo, onde ele, transferindo seus conhecimentos aos estudantes.

23 O desenvolvimento integral é aquele responsável por alimentar todos os conhecimentos teóricos, devidamente alinhados com a parte prática, promovendo uma aprendizagem significativa e despertando o interesse dos discentes.

Neste sentido, expandir horizontes e proporcionar experiências práticas que complementam o conteúdo curricular é peça-chave no rol de objetivos do turismo pedagógico, e para tanto, é importante a parceria com instituições²⁴, essencial na busca de soluções criativas para atividades enriquecedoras e igualitárias.

Portanto, é de suma pertinência que as universidades possam fornecer acesso a recursos e especialistas para colaboração em projetos que visem a performance do turismo pedagógico em nossa sociedade, promovendo uma troca de conhecimentos e o impulsionamento da inovação no campo educacional, medidas que beneficiam tanto as escolas quanto as instituições de ensino superior.

²⁴ O termo *instituições* refere-se aos tipos de organizações, como universidades, órgãos públicos, empresas, organizações sem fins lucrativos, agências governamentais, dentre outras.

O NUPETTE E SUAS CONQUISTAS PARA O TURISMO PEDAGÓGICO NA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE

Idealizado pela Prof.^a Marcela do Nascimento Padilha²⁵, O Núcleo de Pesquisa em Turismo Território e Educação (NUPETTE) é um grupo de pesquisa e extensão universitária do Departamento de Turismo (DTUR) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sendo formado por estudiosos que visam desenvolver estudos e ações que alinhem o Turismo e a Educação, sobretudo no que tange aos diversos tipos de territórios geográficos, mediante promoção de visitas a locais de interesse turístico-pedagógico.

As ações desenvolvidas requerem engrandecido planejamento, seja para o desenvolvimento das propostas, proposição às escolas e preparação do corpo docente e dos gestores escolares, sejam envolvidos com o ensino básico, fundamental ou médio.

O principal objetivo caminha no sentido de permitir aos estudantes, enxergar o ambiente escolar como meio que estimule a curiosidade e a formação como cidadão, saindo de uma sala de aula padrão, para oportunidades que permitam vislumbrar o mundo externo, contextualizando e compreendendo de forma prática, com os conteúdos então lecionados.

Atualmente, os colaboradores²⁶ se debruçam sob dois projetos de extensão

25 Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Atua nos cursos de graduação em Turismo, Licenciatura em Geografia, Especialização em Desenvolvimento Territorial e no Mestrado Profissional em Ensino de Geografia (Profgeo). Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Turismo, Território e Educação (NUPETTE). Representante da UERJ no Conselho Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia e na Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Teresópolis-RJ. Pós-Doutorado em Turismo pela EACH-USP (2019). Desenvolve projetos de pesquisa e extensão sobre os seguintes temas: Espaço Público, Cidadania, Turismo, Território e Educação.

26 Alanis Coutches Nassif de Magalhães, Alexandre Rodrigues, Camila Cristina Rodrigues Diniz, Douglas Nascimento Moreira, Emanoela Rodrigues Marinho, Igor Nogueira Xavier Correia, Ingrid Santana Malícia, Isis Braz Santos Pantoja, Lethicia Gerhard Santos Sena Pimenta, Paula de Souza Marques da Silva, Vinícius de Mattos Oliveira, Viviane de Oliveira Lavandeira e Yuza Barbosa Coelho.

cadastrados na UERJ, o “Ir e Ver²⁷”: O Turismo Pedagógico como ferramenta de apoio ao ensino médio, e o “Territórios Educativos: Reconhecimento e apropriação do município por meio de roteiros turísticos-pedagógicos²⁸”.

Dessa maneira, identifica-se a construção de entendimento pacificado nos projetos, no sentido que o turismo pedagógico faz-se como importante oportunidade na aquisição e aprofundamento dos conhecimentos educacionais, ao passo que a promoção de visitas a determinados lugares, fomenta o poder crítico e a construção de um ensino sustentável, de forma eficiente e lúdica.

Abaixo, pode-se identificar uma das experiências do NUPETTE, no que tange ao fomento de experiências lúdicas aos estudantes:

Figura 7 - Visita técnica realizada com estudantes do ensino fundamental.



Fonte: NUPETTE/UERJ, 2019.

A imagem acima retrata uma das visitas técnicas realizadas pelo NUPETTE, no caso, realizada com estudantes do ensino fundamental da rede pública de ensino de Teresópolis/RJ, mediante desenvolvimento de metodologias ativas²⁹ em contato com a natureza do

27 Surge como ferramenta alternativa de aquisição do conhecimento, através da organização de aulas-passeio para discentes e docentes do município de Teresópolis, sobretudo das redes públicas, que sofrem há anos com a falta de estrutura adequada das escolas, acarretando em um sentimento desestimulador aos estudantes e aos professores que convivem, simultaneamente, com um mundo de possibilidades oferecidas pela tecnologia e com uma escola que lhe oferece apenas a lousa, o giz (ou o quadro branco e a caneta) e a voz.

28 Busca-se usos e apropriações dos espaços públicos pelos cidadãos. Parte-se do pressuposto de que uma cidade e a zona rural de um município podem ser grandes espaços de aprendizagem, de convivência e de participação cidadã. Mas, para que assim o seja, é preciso conhecer, vivenciar, observar o município e, assim, impulsionar no cidadão o sentimento de pertencimento e a vontade de cuidar do seu lugar e de melhorar a sua qualidade de vida, seguindo a vertente de que um município bom para os seus habitantes, também o será para os seus visitantes.

29 Esse tipo de método é, portanto, uma nova maneira de pensar o ensino e está ligado a um dos princípios da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, que tem a proposta de guiar de forma única, o currículo de toda a educação básica brasileira. A prática das metodologias ativas visa trazer o

Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO)³⁰, localizado no mesmo município.

No que tange ao turismo pedagógico e a sua realização, o estabelecimento de parcerias é fundamental para colaboração na criação de itinerários educacionais, o compartilhamento de recursos acadêmicos e a promoção de atividades conjuntas, neste sentido, o NUPETTE atua em parceria com a Versátil Turismo e Consultoria (Empresa júnior da UERJ), com o Projeto de Extensão “Trilhas Sensoriais”, e com a Prefeitura Municipal de Teresópolis (PMT). Neste mister, destaca-se que as atividades são personalizadas considerando os aspectos do local programado, condições climáticas e sobretudo, o perfil dos estudantes.

Nas imagens a seguir, identifica-se a realização de atividades lúdicas com estudantes do ensino básico do Centro Educacional Serra dos Órgãos (CESO), colégio particular da rede de ensino de Teresópolis/RJ, também realizada no PARNASO.

Figura 8 - Visita técnica realizada com estudantes do ensino básico



Fonte: NUPETTE/UERJ, 2019.

estudante para o protagonismo do aprendizado. Dessa maneira, o aluno passa a ter uma postura mais ativa na construção do seu conhecimento e o professor passa a ser o seu orientador.

30 O Parque Nacional da Serra dos Órgãos é uma Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral, subordinada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), cujo objetivo maior é o de preservar amostras representativas dos ecossistemas nacionais. Foi criado em 1939 para proteger a excepcional paisagem e a biodiversidade deste trecho da Serra do Mar na Região Serrana do Rio de Janeiro, com presença nos municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim.

Figura 9 - Visita técnica realizada com estudantes do ensino básico.



Fonte: NUPETTE/UERJ, 2019.

As imagens em destaque ilustram como é realizado o trabalho com os estudantes e respectivo corpo docente que os acompanham ao longo das experiências. É destacável mencionar que, antecipadamente ao dia das atividades lúdicas em formato presencial, os professores são capacitados de modo, que possam permitir o alinhamento do conteúdo e das disciplinas ofertadas no colégio, com o que foi e será trabalhado posteriormente com os estudantes.

Para o NUPETTE, o turismo pedagógico é muito mais do que simplesmente levar participantes para desbravar uma instalação ambiental. O grupo atua precipuamente no vetor que a educação ambiental se promove mediante ações verdadeiramente proveitosas, com atividades pedagógicas organizadas, escolha de temas transdisciplinares a serem trabalhados antes, durante e após a aula-passeio, com material didático produzido pelo grupo, atividades sensoriais e explicações sobre o parque, sua fauna, flora e importância para a região.

Não obstante, as atividades de fomento educacional não se restringem apenas aos

estudantes do ensino básico e fundamental, mas também, em fomentar críticas e reflexões aguçadas aos estudantes de anos mais elevados, como no caso dos matriculados no ensino médio. Assim, no dia 17 de junho de 2019, na sede Teresópolis do PARNASO, o grupo recebeu a visita ilustre dos estudantes da 3ª série do ensino médio do Colégio Estadual Euclides da Cunha, conforme imagem abaixo:

Figura 10 - Visita técnica realizada com estudantes do ensino médio.



Fonte: NUPETTE/UERJ, 2019.

Este encontro, que visa aprender e compartilhar conhecimentos, não serve apenas para realçar aos estudantes teresopolitanos um importante espaço turístico ³¹de sua cidade, mas também na percepção que este espaço é de seu direito de uso e desfruto, imprescindível de preservação, integrando-se como espaço de educação colaborativa.

Nesta caminhada de fomento e defesa dos interesses coletivos da sociedade, os trabalhos do grupo de extensão “Ir e Ver”, recebeu em 2016, o Prêmio Braztoa de Sustentabilidade³² na categoria Projetos Inovadores e, com isso, o projeto passou a fazer parte do Mapa de Iniciativas Sustentáveis do Ministério do Turismo do Brasil. A imagem a seguir expõe os estudantes bolsistas à época, Carolina Prado, Lucas Daher e Mayara Pessoa, no recebimento do prêmio pessoalmente:

³¹ Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO).

³² O Prêmio Braztoa de Sustentabilidade é o principal reconhecimento em turismo sustentável no Brasil. Lançado em 2012, o prêmio é direcionado a empresas e outras organizações do setor de turismo que investem em iniciativas mais sustentáveis. Objetiva incentivar, reconhecer e dar visibilidade a iniciativas que se destaquem como as melhores práticas de sustentabilidade em toda a cadeia do turismo nacional.

Figura 11 - Entrega de prêmio a estudantes do NUPETTE.



Fonte: NUPETTE/UERJ, 2019.

Com a finalidade em divulgar suas pesquisas, o NUPETTE, em parceria e colaboração com o Departamento de Turismo da UERJ, fomentou a realização do evento Ciência na Praça³³, organizado nas praças Higino da Silveira e Baltazar da Silveira, ambas na cidade de Teresópolis/RJ, mediante presença de diversos estudantes e docentes do curso de Bacharelado em Turismo da instituição de ensino supramencionada.

Abaixo, vê-se o registro dos participantes em momento de parceria e demonstração de relevância da ciência construída pela universidade pública:

Figura 12 - Evento Ciência na Praça no Centro de Teresópolis/RJ.

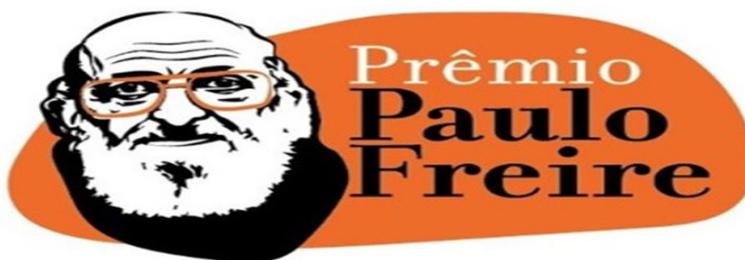


Fonte: NUPETTE/UERJ, 2019.

³³ O evento buscou divulgar à população teresopolitana, da participação e relevância das pesquisas científicas realizadas pelo curso bacharelado em Turismo da UERJ, enquanto presente no município de Teresópolis/RJ.

Ainda no ano de 2019, o trabalho “Ciência na Praça” recebeu o Prêmio Paulo Freire, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). A honraria foi na categoria Experiência Pedagógica no Ensino Fundamental, pelo trabalho que o “Ir e Ver” promove, mediante atividades com moradores em espaços turísticos importantes da cidade de Teresópolis/RJ, para que os identifiquem não apenas como estrutura do turismo, mas também como espaços de lazer e de aprendizagem.

Figura 13 - Símbolo do prêmio concedido pela ALERJ.



Fonte: NUPETTE/UERJ, 2019.

No contexto de aperfeiçoamento, a fim de garantir melhor qualificação técnica possível, o grupo se envolve na oferta de cursos de extensão gratuitos para profissionais da Educação e do Turismo, que atuam ou irão atuar com atividades de Turismo Pedagógico.

Como capacitador, o núcleo comumente disponibiliza o “Curso de Extensão em Turismo Pedagógico”, oferecido a professores e gestores das escolas participantes, com a finalidade de propor novas ações, metodologias e parcerias, fomentando a continuidade dos trabalhos, e obtendo balizamento sobre o aproveitamento dos estudantes, mediante informações extraídas em sala de aula após as experiências.

O curso surge na necessidade de entender o conceito, a importância, os objetivos e resultados esperados na prática do turismo pedagógico, de modo que os capacitados possam atuar na elaboração de roteiros educativos para suas escolas, o que permite propor ações alternativas de aquisição e de produção de conhecimento, contribuindo, assim, para a melhoria da educação e ao fortalecimento da cidadania.

Na imagem abaixo, verifica-se o banner de divulgação do último curso ofertado no ano de 2023:

Figura 14 - Banner de divulgação do curso de extensão em 2023.

**CURSO DE EXTENSÃO GRATUITO
TURISMO PEDAGÓGICO**

PÚBLICO-ALVO: PROFISSIONAIS DO SESC/RS E ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO DA UERJ.

OBJETIVO:
APRESENTAR NOSSO MÉTODO DE ENSINO DE TURISMO PEDAGÓGICO A PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE TURISMO. A FINALIDADE DO MÉTODO É OFERECER A OPORTUNIDADE A ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CONHECEREM E RECONHECEREM O MUNICÍPIO E A REGIÃO ONDE VIVEM E, POR CONSEQUENTE, DE PERCEBEREM A IMPORTÂNCIA DE SE PRESERVAR OS PATRIMÔNIOS NATURAL E CULTURAL COLETIVOS E DE COLABORAR COM A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL. PARA ISSO, SERÃO FEITAS DISCUSSÕES QUE PERMITAM RECONHECER ESPAÇOS DE APRENDIZAGENS FORA DA ESCOLA E PROPOR DIFERENTES FORMAS DE USOS E APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS TURISTIFICADOS POR ESTUDANTES E PROFESSORAS/ES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO. PARTE-SE AQUI DO PRESSUPOSTO DE QUE A CIDADE, A ZONA RURAL E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE UM MUNICÍPIO PODEM SER IMPORTANTES ESPAÇOS DE APRENDIZAGENS, DE CONVIVÊNCIA E DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. MAS PARA QUE ISTO ACONTEÇA É PRECISO OBSERVAR, CONHECER, VIVENCIAR O MUNICÍPIO ONDE RESIDE E, ASSIM, CONTRIBUIR COM O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE TERRITORIAL E ESTIMULAR A VONTADE DE CUIDAR DO SEU LUGAR E DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE TODAS AS PESSOAS QUE NELE VIVEM.

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS.

CONTEÚDO:
1) DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TURISMO E EDUCAÇÃO.
2) TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL.
3) OS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO: A CIDADE, O CAMPO, AS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E SUAS DIFERENTES FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO.
5) PROPOSTAS PARA A REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE TURISMO PEDAGÓGICO.

PROFESSORA RESPONSÁVEL: MARCELA DO NASCIMENTO PADILHA - DEPARTAMENTO DE TURISMO - INSTITUTO DE GEOGRAFIA DA UERJ.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO CURSO: 10/10 A 31/10. O CURSO SERÁ COMPOSTO POR ESTUDO DIRIGIDO E REUNIÕES REMOTAS QUE OCORRERÃO PELA PLATAFORMA GOOGLE MEET ÀS TERÇAS-FEIRAS, DAS 14H ÀS 15:30H (DIAS 10, 17 E 31/10).

NÚMERO DE VAGAS: 10 VAGAS PARA PROFISSIONAIS DO SESC/RS E 10 PARA ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM TURISMO DA UERJ.

INSCRIÇÕES: AS INSCRIÇÕES SERÃO FEITAS VIA FORMULÁRIO GOOGLE, DO DIA 27/09 AO DIA 04/10. DEVE-SE PREENCHER O FORMULÁRIO CONTIDO NO SEQUINTE LINK: <[HTTPS://FORMS.GLE/IWBVBE1ESIYRVEYA9](https://forms.gle/IWBVBE1ESIYRVEYA9)>.
AS VAGAS SERÃO PREENCHIDAS POR ORDEM DE INSCRIÇÃO E CONSIDERANDO O PÚBLICO-ALVO.

Fonte: NUPETTE/UERJ, 2019.

Dessa forma, fica claro como as ações do grupo revelam seu caráter fundamental em uma série de pontos sociais, como a conservação da biodiversidade, sobretudo no contexto da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, caracterizada por uma grande diversidade de espécies vegetais e animais, muitas das quais são endêmicas e encontram-se ameaçadas de extinção.

Os fatos revelam como a educação ambiental configura-se de suma relevância no processo de conscientização da população, promovendo práticas de uso sustentável dos recursos naturais, e que o turismo possa, de fato, ser um veículo de promoção da cidadania e de desenvolvimento local.

Pensando no futuro, recentemente, o Estado do Rio de Janeiro, aprovou e sancionou a Lei nº 9.990/23, de autoria do ex-deputado Welberth Rezende, publicada no Diário Oficial em 12/04/2022. Segundo a norma, o Estado passará a possuir um programa de incentivo e inclusão de visitas guiadas na grade de atividades dos estudantes, com atividades em locais como museus, monumentos, teatros, praças, bibliotecas e bairros históricos, mediante coordenação da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).

Para tanto, no que tange a organização e realização de roteiros, poderão ser firmadas parcerias com instituições públicas e privadas, nascendo possíveis frutos ao NUPETTE, ou grupos de mesma finalidade, na proposição e execução de ações que possuam como finalidade, ampliar o universo cultural dos destinados.

Portanto, é notório como a universidade pode e deve, propor e executar ações que visem transformar positivamente nossa sociedade. É um dever e direito de todos, que a educação seja da maior qualidade possível, permitindo acesso ilimitado aos componentes da sociedade no fomento do desenvolvimento sustentável e no despertar do sentimento de cuidado e preservação das riquezas da humanidade. Pensar a cidade significa refletir sobre o espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada, revela-se como a relação interdisciplinar auxilia de forma grandiosa nos estudos e ações que envolvem o turismo pedagógico, permitindo que seus impactos na sociedade abordem temas de suma necessidade na estrutura da sociedade moderna.

O trabalho destacou como é possível fomentar uma educação de qualidade, mediante meios que propaguem o conhecimento a todos - não substituindo o formato usual de ensino - mas complementando -, garantindo e estimulando a verdadeira eficiência da educação.

Em síntese, vislumbra-se como a conscientização da população afeta diretamente a preservação e conservação dos recursos da humanidade, em especial, o meio ambiente. Assim, é visível como o turismo se relaciona com o meio ambiente e ao direito à cidade, ao passo que discute sobre a conciliação entre o desenvolvimento econômico e a manutenção dos recursos, aliando-se de forma estratégica como instrumento de uma educação qualificada, acessível e equitativa.

Progressivamente, o direito à cidade se mostra como peça-chave na proposição e desenvolvimento de políticas públicas, ao passo que se objetiva o alcance de sociedades mais justas, visando o desenvolvimento urbano equilibrado e integrado entre os cidadãos. Neste mister, a educação ambiental emerge como mecanismo de promoção de uma visão holística da educação ambiental, ajustada ao desenvolvimento sustentável e na discussão de temas que visam soluções inovadoras e inclusivas, a fim de que tenhamos proveito saudável do meio ambiente.

Dessa maneira, fica clara a importância da pesquisa científica, voltada na busca de soluções comprometidas com a igualdade, participação social e o debate de ideias. Assim, o fortalecimento da educação de qualidade vem exatamente como marco desse fato,

promovendo a conscientização e a capacitação das pessoas no fomento de um sentimento de pertencimento e cidadania sólido.

Ademais, a pesquisa ainda invoca atenção para relevância da participação das universidades no processo de decisão e desenvolvimento em programas científicos. Esta consideração realça como o investimento em educação é retorno garantido na reflexão e construção de produtos que atendam verdadeiramente a população.

Destarte, o NUPETTE, objeto de estudo na área, caminha na interpretação que o turismo se estabelece qualificado como um fenômeno social, portanto, é necessário refletirmos e idealizarmos ações a partir dos lugares onde se propõe atividades, e para tanto, faz-se de suma importância a participação da população local.

Por fim, quando o cidadão detém a possibilidade de valorizar o seu município, valorizar seu espaço de convivência, os residentes o conhecem e o respeitam como lar, pois, identificados com ele, cuidam e possuem orgulho de viver aquele território, e neste contexto, como nas palavras da pesquisadora Ana Fasi Alessandri, pensar a cidade significa refletir sobre os espaços.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Eudes. **Grandes Navegações, a Era dos Descobrimentos**. Incrível História. Disponível em: <https://incrivelhistoria.com.br/grandes-navegacoes-era-dos-descobrimentos/#google_vignette> Acesso em: 13, março, 2024.

BRANDT, Daniele Batista. **O direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana experimental à gestão democrática das cidades**. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasília - DF, 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em 08 de março de 2024.

BARRETTO, Margarita; REJOWSKI, Mirian. **Turismo: interfaces, desafios e incertezas**. Caxias do Sul: EDUCS, p. 57-68, 2001.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Tradução: Josely Vianna Baptista. Bauru: Edusc, 2002.

CARLOS, Ana Fasi Alessandri. **A cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, (Repensando a Geografia) 2011.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Foto Spot. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/519743613225581915/>>. Acesso em: 15 de março de 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 43 ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2021.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

JACOBI, Pedro. **A cidade e os cidadãos**. Lua Nova, v. 2, n. 4, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MACEDO, Andreia Pereira de; OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. **Turismo e sociedade**. Volume 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

MILAN, Priscila Loro. **Viajar para aprender**, 2007. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/393/Santos_Simone_Cardoso_dos.pdf?sequence=1. Acesso em 10 de março de 2024.

MORIGI, Valter. **Cidades educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

Prêmio Paulo Freire contempla duas professoras da Universidade. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.uerj.br/premio-paulo-freire-contempla-duas-professoras-da-universidade/>. Acesso em: 08, março, 2024.

Quiebra de Thomas Cook ¿Quién era el empresario que inició un imperio turístico con un viaje de abstemios? Revista Semanal, 2019. Disponível em: <https://www.semana.com/consumo-inteligente/articulo/quien-fue-thomas-cook-el-pionero-de-los-grandes-viajes-del-turismo-moderno/80124/>. Acesso em: 13, março, 2024.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

SAAVEDRA, Nuno. **Passeio Escolar**. Fototeca de Guimarães, 2018. Disponível em: <https://gmr-visual.blogspot.com/2018/10/passeio-de-escola-anos-20.html>. Acesso em: 30, março, 2024.

Saiba por que você precisa trabalhar as metodologias ativas segundo a BNCC com seus alunos. Imagine Educação, 2020. Disponível em: <https://educacao.imagine.com.br/metodologias-ativas-segundo-a-bncc/>. Acesso em: 20, março, 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4.ed.10. reimpresso. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. São Paulo: Annablume, 2004.

Sobre o Autor

Vinícius de Mattos Oliveira

Advogado. Mestrando em Direito pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO).

Índice Remissivo

A

acesso 6, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 34, 35, 44
ações 13, 17, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 42,
43, 44, 45, 46
alunos 24, 29, 30, 31, 33, 48
ambientais 25, 27, 31
ambiental 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 33, 39, 44,
45, 48
ambiente 13, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 29, 34,
36, 45
aprendizagem 24, 33, 34, 37, 42
atividades 15, 16, 24, 25, 26, 29, 33, 34, 35, 38, 39,
42, 44, 46

B

biodiversidade 25, 38, 43
brasileiras 18

C

campo 13, 26, 35
cidadania 13, 17, 19, 20, 42, 44, 46
cidade 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 31, 32, 37,
40, 41, 42, 44, 45, 46, 47
cidades 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 31, 32, 47
comportamentos 25, 27, 33
conhecimento 24, 25, 28, 32, 37, 38, 42, 45
conscientização 13, 24, 25, 32, 33, 44, 45, 46

D

democratização 15, 19

desafios 21, 24, 27, 30, 31, 33, 47

desenvolvimento 7, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 44, 45, 46

direito 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 31, 40, 44, 45, 47

direitos 16, 17, 19, 20, 21, 31

E

ecossistemas 23, 25, 38

educação 13, 16, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 34, 37, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 48

educacionais 23, 29, 30, 34, 37, 38

educacional 20, 24, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 39

ensino 24, 26, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 45

equitativo 13, 21, 23, 34

espaço 18, 19, 22, 23, 24, 26, 40, 44, 46

espaços 13, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 37, 42, 46

estudantes 24, 25, 26, 27, 30, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44

experiências 13, 25, 30, 33, 34, 35, 37, 39, 42

G

geográfico 19, 22, 23

I

interação 19, 26, 27, 30, 33

J

justiça 13, 18, 20

L

lazer 15, 16, 23, 28, 42

lúdicas 26, 37, 38, 39

M

meio 13, 15, 16, 24, 25, 26, 31, 32, 34, 36, 37, 45

N

naturais 23, 25, 26, 31, 32, 33, 44

natureza 22, 23, 24, 25, 27, 33, 37

P

participação 15, 17, 21, 23, 29, 31, 33, 37, 41, 45, 46

pedagógico 13, 16, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 45

percepções 27

políticas 15, 16, 19, 20, 21, 23, 25, 31, 32, 34, 45, 48

população 15, 17, 21, 22, 23, 41, 44, 45, 46

preservação 23, 25, 31, 40, 44, 45

públicas 15, 16, 19, 31, 34, 37, 44, 45, 48

R

recursos 13, 18, 19, 23, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 38, 44, 45

S

sociais 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 31, 43

social 13, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 31, 33, 45, 46

sociedade 7, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 29, 33, 35, 40, 44, 45, 47

sustentabilidade 16, 25, 31, 40, 47

sustentáveis 25, 27, 33, 40

sustentável 16, 23, 24, 31, 37, 40, 44, 45

T

territórios 13, 16, 21, 22, 24, 36

turismo 13, 14, 15, 16, 18, 21, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48

turista 16, 22, 27

turísticas 16, 22

turístico 21, 22, 26, 36, 40, 48

U

urbano 19, 44, 45

urbanos 13, 18, 19



AYA EDITORA
2024